

RELATO DE EXPERIÊNCIA*

Entre a arte e a memória: a educação kapinawá como ato de afirmação cultural

Kássia Maria Queiróz da Silva¹

Joelma Carla da Silva²

Resumo:

O presente trabalho aborda a educação intercultural indígena no contexto do povo Kapinawá, em Pernambuco, destacando sua importância como forma de resistência cultural e afirmação da identidade indígena. Historicamente, os povos indígenas, como os Kapinawá, enfrentaram imposições educacionais coloniais que desconsideravam suas línguas, culturas e formas de organização social. Com a Constituição de 1988 e a Lei nº 11.645/2008, conquistaram direitos educacionais que garantem o ensino em suas línguas maternas e o reconhecimento de suas culturas. O modelo educacional Kapinawá é descrito como um exemplo de Educação Escolar Indígena (EEI), estruturado de forma a respeitar as necessidades e realidades culturais da comunidade, com destaque para o Projeto Político Pedagógico (PPP), que reflete a autonomia e identidade indígena. O currículo, baseado nos saberes ancestrais, integra arte, rituais e práticas culturais como formas de resistência à perda de identidade e preservação da memória cultural. A arte, especialmente, desempenha um papel central no ensino, permitindo aos jovens aprenderem sobre suas raízes e simbologias, enquanto mantêm vivas as tradições e saberes dos seus ancestrais.

Palavras-chave: Povo Indígena Kapinawá; Educação Intercultural; Cultura Material.

Introdução

A educação intercultural indígena, em especial no contexto de Pernambuco, tem sido um terreno de resistência e luta contra as imposições coloniais que marcaram, por séculos, a história dos povos originários. O modelo educacional imposto aos indígenas, historicamente, não só desconsiderou suas línguas maternas, culturas e tradições, mas também procurou apagar sua identidade como povo originário de Pindorama, atual Brasil. A abordagem educacional que prevaleceu foi a dos missionários jesuítas, no século XVI, que viam os indígenas como “selvagens”, buscando “civilizá-los” e forçando-os a adotar a língua portuguesa, desvalorizando suas sabedorias e formas de organização social e comunitária.

A partir da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas conquistaram uma série de direitos fundamentais, incluindo o direito à educação escolar indígena. Este marco

¹ Doutora em Arqueologia pela UFPE, Recife – PE. E-mail: kassiaqueiroz@hotmail.com. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4696771877927132>.

² Licenciatura em Letras pela UFRPE, Surubim – PE. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0952760320110929>.

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 5^a ED. 2025, ENTRE 22/02 A 12/04/2025.

histórico representa uma importante vitória, fruto da luta dos povos indígenas que, em uma grande mobilização, por seus direitos territoriais, culturais e educacionais. No artigo 210, parágrafo 2º, a Constituição assegura que, embora o ensino fundamental seja ministrado em língua portuguesa, as comunidades indígenas têm direito de utilizar suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem.

Além disso, a promulgação da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino sobre a história e cultura dos povos indígenas nas escolas brasileiras, tem sido um passo significativo para garantir que os indígenas possam contar sua própria história e resgatar suas raízes culturais e ancestrais. No entanto, a grande questão que persiste é como implementar essa educação de forma que ela realmente reflita os saberes e as perspectivas indígenas, sem os atravessamentos de uma visão eurocêntrica.

A Educação Escolar Indígena (EEI) é um modelo educacional intercultural, específico e diferenciado, que deve ser estruturado a partir das realidades e necessidades dos povos indígenas, respeitando suas línguas, culturas e formas de organização social. (Silva, 2023).

A construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) para as escolas indígenas é um desafio, pois exige um processo de articulação entre os saberes tradicionais e as exigências do sistema educacional formal. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (DCNEEI, 2012), o PPP deve ser uma expressão da autonomia e da identidade da escola indígena, refletindo os desejos e as expectativas das comunidades sobre o processo educativo. Isso implica em um currículo que reconheça a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas, e que, ao mesmo tempo, promova a troca e o respeito entre as diferentes culturas (Silva, 2023).

No entanto, como aponta Arroyo (2013), o currículo tradicional brasileiro, ao ser imposto de forma rígida e engessada, muitas vezes se coloca em oposição à criatividade e à flexibilidade necessárias para uma educação crítica e emancipadora. Para que o currículo indígena se torne um espaço de liberdade, deve ser possível integrá-lo com as práticas culturais, os modos de vida e as lutas sociais dos povos indígenas, sem que isso se reduza a um simples cumprimento de normas ou regras pedagógicas.

A proposta pedagógica de Freire (2015) também é essencial nesse contexto, à prática educativa deve ser entendida como uma prática social e política, em que o professor, em sua função de educador decolonial, amplia seu compromisso com a emancipação dos povos. A autonomia do professor indígena, bem como sua capacidade de dialogar com os saberes

ancestrais e com as necessidades contemporâneas da sua comunidade, são fundamentais para que a educação se torne um verdadeiro instrumento de transformação social.

O currículo Kapinawá, reflete essa abordagem diferenciada e intercultural, pois leva em consideração as particularidades da etnia Kapinawá, que busca garantir a transmissão de seus saberes e valores de geração em geração, de forma autêntica e autônoma. Para a etnia Kapinawá, a educação não se limita ao ensino formal, mas está profundamente ligada à preservação de sua história, território e cultura. O currículo Kapinawá não se impõe de fora para dentro, mas é construído a partir das vivências e necessidades da comunidade, respeitando sua identidade e autonomia (Silva, 2023).

A Educação como Preservação da Memória Cultural

Durante o mês de novembro de 2022, foi realizado visita à escola localizada na Aldeia Ponta da Várzea no Território Indígena Kapinawá, na ocasião tivemos a oportunidade de conversar com alguns educadores sobre a prática da educação Kapinawá, bem como foi possível assistir a uma aula de artes ministrada a alunos do fundamental I. Importante pontuarmos que o Povo Kapinawá conta com várias escolas estaduais distribuídas em seu território, e tem como lema: Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito.

Esse lema surge como forma de luta e resistência do povo Kapinawá, que entende a necessidade de se aprender o que a sociedade não indígena pede, mas que comprehende que para além dessa necessidade a cultura e tradição precisa ser ensinada e passada de geração em geração. O corpo docente das escolas do povo Kapinawá é 100% composto por indígenas Kapinawá.

Ao longo das conversas foi possível identificar a importância da disciplina de artes, pois através desse espaço é passado para as crianças saberes ancestrais por meio de professores que são detentores desses saberes surgindo assim uma profunda relação entre arte, memória e identidade cultural, e como essas dimensões se entrelaçam na educação de novas pessoas e gerações. Ao compartilhar suas práticas de ensino com os jovens, não estão apenas transmitindo habilidades técnicas, mas, mais importante, estão preservando e perpetuando as tradições e saberes que foram passados a ele por seus antepassados. Dessa forma, seu trabalho revela não apenas um exercício de ensino e aprendizagem, mas um gesto de resistência cultural, em um contexto em que as culturas indígenas frequentemente enfrentam o risco de desaparecimento ou apagamento. Nesse contexto, os professores podem ser vistos como um guardião da memória cultural e protagonistas na luta pela continuidade da herança indígena.

Ao longo das conversas, fica claro que a arte desempenha um papel central na formação das novas gerações indígenas Kapinawá, o fazer de maracás, colares e outros objetos tradicionais, são utilizadas para ensinar os mais jovens não só sobre técnicas de artesanato, mas sobre o significado profundo dessas produções dentro de sua cultura. O maracá, confeccionado nas aulas, não é apenas um instrumento musical ou decorativo; ele é uma ponte para o passado, um elo com os ancestrais e um meio de conexão com o mundo espiritual. Ao ensinar as crianças a fazer maracás ou a confeccionar trajes indígenas e acessórios como os colares, os professores não estão apenas transmitindo um conhecimento técnico, mas também possibilitando que as crianças se apropriem de suas raízes e compreendam o simbolismo de cada elemento que criam, na figura 1 podemos observar as crianças durante a aula de arte.

Figura 1: Aula de artes na Escola Estadual Barão do Rio Branco, na Aldeia Ponta da Varzéa.



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Além de ser uma prática de ensino, o ato de fazer arte é para Seu Gilvan indígena Kapinawá e professor de artes, uma maneira de afirmar a identidade indígena. Ele compartilha com seus alunos o valor e a significância dos materiais com os quais trabalham: as sementes, a madeira, os colares, cada um com sua história, com suas propriedades curativas ou espirituais. Quando ele fala sobre a semente de Mukunan, por exemplo, ele não está apenas explicando suas características naturais, mas também o papel que ela desempenha como um objeto de proteção dentro da cultura indígena Kapinawá. Esse tipo de conhecimento prático

não é meramente informativo, é também uma maneira de afirmar e preservar a cosmovisão do povo Kapinawá.

Durante as conversas os professores enfatizam que a memória cultural é a base de seu trabalho pedagógico. Eles entendem que o conhecimento sobre rituais, danças e a confecção de objetos e o repasse desses saberes trata-se de um compromisso com a preservação de uma cultura ancestral. Reconhecendo que os saberes que compartilha com seus alunos não são apenas para o presente, mas têm uma função primordial: garantir que sua cultura não seja esquecida. Ao ensinar sobre a história das sementes, os materiais e os rituais, oferecem aos seus alunos um caminho para conectar-se com suas origens e sua identidade cultural.

É pontuado, ainda, a necessidade de respeitar a natureza sabendo onde e quando coletar a matéria-prima para a cultura material produzida, dessa forma não acontecerá um esgotamento e depredação na natureza, que para os Kapinawá são espaços sagrados.

Também é ensinado a registrar a data de retirada da madeira para confecção de objetos, como maracás, revelando preocupação com a autenticidade e a preservação do processo, os professores também documentam o processo, criando uma linha do tempo que conecta cada material a uma data, a um ritual, a uma história. Esse tipo de registro é mais do que uma questão burocrática; é uma forma de marcar a importância do que é feito, é uma forma de resistência frente à possibilidade de apropriação cultural e perda de identidade. O simples ato de registrar a origem de um material se transforma em um rito de resistência e valorização de sua própria história.

Outro ponto relevante do depoimento observado durante a visita é a integração dos rituais espirituais, como o toré e o coco, nas aulas. Pois para o povo Kapinawá a escola é também espaço de ensinar a vivência da espiritualidade e dos rituais. O uso do maracá, o canto e o movimento são formas de expressão que conectam as crianças ao mundo espiritual, que é parte integrante da experiência indígena. O ensino de rituais e a vivência deles na sala de aula reforçam a ideia de que a educação indígena não pode ser vista como um simples processo de transmissão de conhecimento técnico, mas sim como uma experiência integrada, em que arte, cultura e espiritualidade estão entrelaçadas.

Conclusão

A educação intercultural indígena, especialmente no contexto do povo Kapinawá, é um processo de resistência e reafirmação identitária diante de séculos de opressão e tentativas de apagamento cultural. Ao combinar saberes ancestrais com os desafios impostos pelo sistema

educacional formal, a educação Kapinawá não só preserva as tradições e a memória cultural, mas também fortalece a autonomia e a identidade dos povos indígenas. Através da arte, dos rituais e da valorização da cosmovisão indígena, as escolas Kapinawá se tornam espaços de ensino que vão além da mera transmissão de conteúdos; elas são locais de conexão profunda com o passado, o presente e o futuro da comunidade. Os professores, como guardiões dessa memória cultural, desempenham um papel central na preservação da cultura indígena, assegurando que os saberes não se percam e que as novas gerações continuem a caminhar em direção ao fortalecimento de sua identidade. Assim, a educação indígena, ao integrar os conhecimentos tradicionais com as necessidades contemporâneas, não apenas contribui para a resistência cultural, mas também para a construção de um futuro em que os povos originários possam viver com dignidade, respeito e autonomia, dentro e fora das suas comunidades.

Referências Bibliográficas

- ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: <https://abrir.link/c4Tur>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE /CEB nº 13/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2012. Seção 1, p. 18.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. <https://abrir.link/RDLZf>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- BRASIL. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas (RCNEI)/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. GASPAR, Lúcia. Toré. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2011. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- KAPINAWÁ, Povo. Projeto Político Pedagógico. Pernambuco. 47p. 2015.
- KAPINAWÁ, Povo. Currículo Intercultural Indígena Kapinawá. Pernambuco. 78p. 2018.

KAPINAWÁ, Povo. Texto Oficial do Currículo Intercultural Indígena Kapinawá. Pernambuco. 17p. 2022.

KAPINAWÁ, Povo. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96. Brasília. 1996.

SILVA, Joelma Carla Da. EDUCAÇÃO É UM DIREITO, MAS TEM QUE SER DO NOSSO JEITO: LINGUAGENS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E NO CURRÍCULO DO POVO KAPINAWÁ - 2023.

SILVA, Kássia Maria Queiróz da. PERCEPÇÃO E APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CATIMBAU PELOS POVOS INDÍGENAS KAPINAWÁ: UM ESTUDO SOB O OLHAR DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. 2017.

SILVA, Kássia Maria Queiróz da. ESSA HISTÓRIA É MINHA: A RELAÇÃO DO POVO KAPINAWÁ COM O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CATIMBAU. 2020. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. 2020.